

**“Leninismo em um nível mais alto”:  
a crítica da esquerda brasileira nos escritos de Érico Sachs.**

Lucas Corrêa<sup>1</sup>

**Resumo:** No final dos anos 1950, mudanças expressivas na conjuntura política e na luta de classes mundial e latino-americana causaram grande impacto nas organizações e no pensamento marxista. O processo de desestalinização, a crise sino-soviética, a Revolução Cubana pareciam criar a possibilidade de uma contestação ao marxismo-leninismo oficial como desenvolvido e divulgado pela União Soviética e pelos Partidos Comunistas até então. Nesse contexto surgiram novas organizações, formulações teóricas, estratégias e táticas que reivindicavam e renovavam o marxismo. Partir dessa contestação para desenvolver um “marxismo militante” capaz de orientar a atuação revolucionária no Brasil, foi um dos projetos centrais do marxista austríaco, naturalizado brasileiro, Érico Sachs. Dois momentos dessa crítica foram a edição da revista Movimento Socialista em 1959 e a criação de uma nova organização, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) em 1961. Para tanto, seria preciso formular um programa socialista para o Brasil a partir da aplicação do marxismo à realidade brasileira. Parte fundante deste trabalho era a crítica ao stalinismo, ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo. Sachs defendia que a superação do stalinismo – se, de fato, completa – poderia representar o retorno ao leninismo “num nível mais alto”. O artigo analisa os textos em que Érico Sachs formula as principais críticas às teses da esquerda do período, assim como as formulações e reações do PCB de então, entendendo-as em seu contexto específico.

**Palavras-chave:** Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Sachs, Érico Czaczkes, 1922-1986. Partido Comunista Brasileiro (PCB). Marxismo.

**"Leninism in a higher level:  
the Brazilian left critique in Eric Sachs' writings**

**Abstract:** In the end of the 1950's, expressive changes in the worldwide and Latin-American political conjuncture and class struggle caused a big impact on the Marxist organizations and thought. The de-stalinization process, the Sino-Soviet crisis, the Cuban Revolution seemed to create the possibility of contesting the official Marxism-Leninism dictated by the Soviet Union and the Communist Parties by then. On this context, new organizations, theoretical formulations, tactics, strategies which both vindicated and renewed Marxism were raised. To develop a “militant Marxism” from this contestation, able to guide the revolutionary actuation in Brazil was one of the main projects of the Austrian Marxist, naturalized Brazilian, Érico Sachs. Two stages of the critique were the edition of the Movimento Socialista review, in 1959, and the creation of a new organization, the Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), in 1961. To do so, it would be required to formulate a socialist program to Brazil, applying Marxism to the Brazilian reality. A founding part of this duty were the critics of Stalinism, nationalism and developmentalism. Sachs argued that the overcoming of Stalinism - if really made – could represent the return to Leninism, “in a higher level”. This paper analyzes Érico Sachs's texts in which he formulates the main critiques to the leftist thesis of the period and the reactions and formulations of the Brazilian Communist Party (PCB) in the same period, understanding them in their context specifically.

**Keywords:** Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Sachs, Érico Czaczkes, 1922-1986. Marxism. Brazilian Communist Party (PCB)

---

1 Mestre em História Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV.

## 1- As raízes do marxismo de Érico Sachs.

“Quanto mais penso em minhas reminiscências”, diz, “mais difícil fica, para mim, encontrar uma maneira satisfatória de escrevê-las. Sinto que a linguagem – minha linguagem – não pode mais ser compreendida por meus leitores, pelo trabalhador alemão de hoje. Meus amigos estão me pressionando a escrever porque não posso fazer nada importante e que valha a pena em política prática” (Brandler apud Deutscher 1991 p 183).

Assim o comunista alemão Heinrich Brandler escreveu a Isaac Deutscher em 1949. Brandler foi um operário da construção civil que ingressou no Partido Social-Democrata Alemão em 1901. Dirigente operário da região de Bremen, Brandler se aproximou da ala radical do partido, especialmente de Karl Liebknecht. Junto deste foi expulso do SPD ainda em 1915 pela oposição à linha do partido durante a Primeira Guerra Mundial. Foi um dos fundadores e dirigentes do Grupo Spartakus e, posteriormente, do Partido Comunista Alemão (KPD). Era o principal líder do partido em 1923, juntamente com August Thalheimer, quando houve uma tentativa frustrada de revolução sob orientação do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (Schöenhoven, 1995, p 130,131).

Com a derrota, Brandler e Thalheimer foram afastados da direção do partido, chamados à Moscou e “*cominternizados*”. O primeiro seria colocado em cargos de direção da Internacional Sindical e da Internacional Campesina, o segundo tornou-se professor do Instituto Marx-Engels (Arbeiterpolitik, 1984).

Segundo Thalheimer, a Internacional passou a considerar que o processo de “bolchevização” do partido alemão se dera apenas a partir de 1924. Dessa forma, toda a atividade anterior a este ano foi considerada “mais ou menos oportunismo” e desvio luxemburguista. A política que se seguiu foi a de “afastar os velhos militantes do Partido, que o Partido deveria se apoiar principalmente nos grupos mais jovens que não haviam ainda tido a infelicidade de passar pela escola do ‘Spartacusbund’” (Thalheimer, 1931).

Em 1928, se daria o VI Congresso da Internacional Comunista. Este congresso foi o marco da disputa interna do PCUS entre Stalin e Bukharin. Também marcou o início da virada “esquerdista” da Internacional, que se intensificaria no ano seguinte, instaurando a tática conhecida como “classe contra classe” e a teoria da “terceira onda revolucionária”, que condenou a estratégia de uma frente única contra o nazi-fascismo. Os partidos social-democratas seriam então considerados como social-fascistas, a serem combatidos.

Muitos dirigentes da Internacional Comunista discordaram dessa nova política – além do então Secretário Geral do Comitê Executivo da IC (CEIC), Nicolai Bukharin, destacadas lideranças como os alemães Brandler, Thalheimer e Clara Zetkin, o suíço Jules Humbert-Droz e o italiano Angelo Taska. O membro do CEIC, Humbert-Droz chegou a denunciar: “A política trotskista de

Stalin em relação aos camponeses, e a falta de trigo e de pão que são suas consequências” (Alexander, 1981, p 160).

Entre os alemães os que defendiam a nova linha representada por Stalin eram principalmente Ruth Fisher e Thaelmann. No grupo considerado conciliador – mas fortemente crítico à virada esquerdista estava Arthur Ewert, comunista alemão de origem operária, pertencente ao Comitê Executivo, cuja militância iria se ligar à história do movimento comunista brasileiro de forma trágica.

Brandler e Thalheimer acabariam expulsos da Internacional e do KPD. Tentando influir no movimento comunista internacional e alemão, criaram uma nova organização, o Partido Comunista Alemão – Oposição (KPO), que convergiu em torno de si uma pequena oposição internacional (ICO).

A ICO e o KPO não se consideravam uma Internacional ou um partido, mas uma tendência que tentava influenciar a Terceira Internacional e o Partido Comunista Alemão respectivamente. Para eles, a divisão do movimento operário em Social Democratas e Comunistas não deixava espaço para um novo grupo. A ICO e o KPO lutaram por uma maior autonomia dos partidos na Internacional, criticaram as teorias do terceiro período e do social-fascismo, defenderam a posição da frente única, mas foram contra a política da frente popular. Isto é, a união deveria ser com os partidos operários – socialdemocratas e comunistas – e não com partidos da burguesia (Arbeiterpolitik, 1984).

A relação de Thalheimer e Brandler com Trotsky e a IV Internacional era de hostilidade mútua. Ambos – assim como os demais dirigentes do ICO – tinham participado da luta contra a Oposição de Esquerda e tinham percepções diferentes sobre a União Soviética e o papel que lhes cabia no movimento comunista internacional como oposição.

Trotsky, assim como Stalin, culpabilizava Brandler e a direção do KPD da época pela derrota em 1923 e considerava o KPO como uma “fração direita do centrismo”. Em seu artigo *E agora?*, sobre o perigo da ascensão do nazismo, Trotsky chega a falar que:

A liquidação sem dor do fascismo não seria possível senão num só e único caso: se Hitler aplicasse em 1932 a mesma política que Brandler aplicara em 1923. Sem superestimar absolutamente os estrategistas nacional-socialistas, acho, entretanto, que vêem mais longe e que são mais sólidos do que Brandler & Cia. (Trotsky 1979, p.238)

Além disso, define Thalheimer como “demasiadamente sociólogo para ser um revolucionário”, dizendo que este se preocupa mais com a “essência do nazismo” do que com a questão da sua tomada do poder (Idem p.239). Neste período, na conjuntura alemã, Trotsky apostou na fração de esquerda do SPD que formou o Partido Operário Socialista, SAP – a quem Thalheimer considerava um “pântano centrista” (Thalheimer, 1929).

Com relação a União Soviética e Stalin, a posição também divergia. Thalheimer – em artigo escrito em 1937 – critica a comparação da revolução proletária russa com a revolução burguesa francesa e a ideia de que Stalin representaria o Termidor da revolução russa. A crise da União Soviética não apontaria para sua liquidação, mas seriam “dores de crescimento”. Para ele, a economia soviética “cresceu em uma terrível velocidade” conseguindo desenvolver uma base econômica socialista. A superestrutura política, entretanto, não a acompanhou. Esta superestrutura teria sido necessária nos primeiros anos da revolução, mas então se tornara “mais ou menos desnecessários” (Thalheimer, 1937).

Em seu artigo, *Trotsky o anti-papa*, Thalheimer critica o trotskismo como um movimento que conscientemente tornara-se uma seita. Para ele, “simpatias pessoais por um líder de grande mérito no passado, não são uma base apropriada para a associação política” e que todos os grupos que aderiram a Trotsky terminaram necessariamente em um “canal de sectarismo”. Thalheimer define Trotsky como um anti-Papa – um papa expulso de Roma – que sentou em um trono em Constantinopla e de lá distribuiu excomunhões (Thalheimer, 1929).

Se o KPO conseguiria tornar-se uma minoria capaz de agir no movimento das massas sem tornar-se uma seita, o avanço do nazismo impediu-nos de saber. A pequena organização apesar de um grande esforço na preparação para a clandestinidade não pôde sobreviver à repressão nazista. Thalheimer e Brandler exilaram-se em Cuba, até a morte do primeiro em 1948. Depois disso Brandler parte para o Reino Unido e retorna à Alemanha Ocidental, onde cria a organização *Gruppe Arbeiterpolitik*.

Isaac Deutscher, comunista polonês e durante anos ligado à Oposição de Esquerda e à Trotsky, de quem foi biógrafo, foi um grande amigo e correspondente de Brandler, e o considerava “o produto da mistura de duas escolas: a de Bebel e a de Rosa” (Deutscher 1991, p184). Duas escolas eclipsadas pela “bolchevização” e pela stalinização do movimento comunista internacional. A sua percepção de não poder mais ser compreendido pelos operários alemães é apenas uma evidência dentre muitas de quanta riqueza foi perdida nesses processos.

## **2 A desestalinização e a crítica à esquerda brasileira como um “retorno ao leninismo”.**

Érico Sachs encontrou Thalheimer em 1937 quando partiu da União Soviética para a França. Na França morou “na casa dos Thalheimer” e tornou-se o mais jovem militante do KPO (Stichs 2016 p 206). Logo, entretanto, foi obrigado a buscar novo exílio, dessa vez no Brasil.

Até 1948, Érico planejou o retorno à Alemanha e se correspondia com seu “mestre e algo como pai”, Thalheimer. Apenas com a morte deste os laços com o movimento alemão foram cortados (Stichs 2016 p. 207). Érico naturalizou-se brasileiro em 1955.

Em 1956, o XX Congresso do PCUS, em especial o relatório de Krushev sobre os crimes de Stalin atingiu fortemente o movimento comunista internacional. Para Isaac Deutscher o relatório ao mesmo tempo que denuncia o “culto do herói” faz um “culto do herói às avessas”. Neste, Stalin aparece como um “semi-deus” que se colocou acima do partido e das massas. No relatório, não se busca entender o estalinismo como um fenômeno social que envolvia tanto a URSS como o conjunto do movimento comunista internacional (Deutscher 1968, p 12).

Com a morte de Stalin, coube a direção stalinista fazer a crítica ao seu Secretário-Geral. Esta crítica não absolvía nem Trotsky, nem Bukharin e não responsabilizava o Comitê Central do PCUS. Era uma denúncia e ao mesmo tempo uma “auto-justificação” (Idem).

Deutscher entende o stalinismo como “um amálgama de marxismo com as semibárbaras ou bastante bárbaras tradições e a magia primitiva de uma sociedade essencialmente pré-industrial” (Deutscher 1968, p 29). Entretanto, foi justamente “sob o stalinismo que a Rússia elevou-se à posição de segunda potência industrial do mundo”. Para ele, a situação se dá sob a forma de uma “complexa dialética” (Idem). Ao mesmo tempo em que o subdesenvolvimento inicial e a necessidade de um rápido e brutal desenvolvimento industrial e cultural criaram as condições para o stalinismo, este mesmo cenário em seu movimento o tornou supérfluo, obrigando a própria direção stalinista a dirigir as mudanças – que de outra forma seriam exigidas pelos trabalhadores soviéticos.

Além do relatório que despedaçava as bases ideológicas do poder autocrático na URSS, com a condenação de Beria, a polícia política perdeu sua força e justificação. No próprio ano de 1956, a disciplina nas fábricas foi relaxada, os salários por peça foram abolidos, assim como as taxas de instrução. Para Deutscher, o stalinismo tinha suas bases na desigualdade, com a morte do líder e a crítica de seus crimes, a URSS redescobria o “igualitarismo” (Deutscher 1968, p 45).

No Brasil, a notícia do relatório de Krushev demorou a ser confirmada pelo delegado do PCB no Congresso, Diogenes de Arruda Câmara, que fez viagens para a Europa e China antes de regressar. A demora do Comitê Central em discutir ou abrir os debates sobre a situação fez com que quadros do partido, principalmente intelectuais, tomasse a iniciativa. Esse movimento logo resultou em um fracionamento. Em pouco tempo o partido se dividiu em três correntes, os conservadores, o centro pragmático e os renovadores. Como aponta Segatto “o centro das discussões e divergências seria o tema do nacionalismo” (Segatto 1995, p.66).

Os conservadores eram representados por alguns dos principais líderes do partido, dentro os que permaneceram mais tempo no grupo e mais se identificavam com suas propostas estavam João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Arruda Câmara. Defendiam as bases do programa anterior do partido e criticavam a defesa de uma frente única sem a hegemonia do “proletariado”, “representado e dirigido pela sua vanguarda”, o Partido Comunista (Segatto op cit 64).

O centro pragmático era composto por Giocondo Dias, Mario Alves e Jacob Gorender, conseguindo atrair militantes que antes estavam próximos aos conservadores como Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighella e renovadores como Zuleika Alambert, Horácio Macedo e Armênio Guedes. O centro pragmático adotaria algumas teses dos renovadores e daria a linha oficial do partido (Idem).

Os renovadores eram um grupo heterogêneo e as críticas à direção do PCB iam desde o sectarismo e mandonismo da direção até a crítica ao marxismo-leninismo, internacionalismo e centralismo democrático. As principais lideranças desse grupo eram Osvaldo Peralva, João Batista de Lima e Silva e Agildo Barata. Davam central importância ao nacionalismo e à necessidade de uma frente única com a burguesia nacional e demais setores “nacionalistas” sem “imposições de qualquer ordem”. Osvaldo Peralva assinaria como editor da Revista Novos Tempos, periódico ligado aos renovadores, que lançaria quatro edições. Peralva era também chefe de redação do Correio da Manhã no período em que Érico Sachs trabalhou lá. A orientação política de Peralva é reveladora da trajetória de alguns “renovadores”. Da crítica aos erros do partido, passa à crítica ao partido, das críticas ao estalinismo passa à crítica da União Soviética e, por fim, do comunismo – como pode ser verificado na autobiografia *O Retrato*.

Érico Sachs publicou dois artigos na Novos Tempos: *O comunismo nacional nas democracias populares*, na segunda edição da revista, em novembro de 1957 com o codinome Eurico Mendes e *O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada*, na quarta edição, de janeiro de 1958 com o mesmo codinome.

As ideias de Sachs não o aproxima de nenhuma das três correntes do PCB. Em especial o afasta dos renovadores. No primeiro artigo parte da desestalinização e do “processo de democratização nos países do bloco soviético” para entender o fenômeno do “comunismo nacional” (Sachs, 1957). Sachs acompanha, em grande medida análise do processo da desestalinização feita por Isaac Deutscher. Ainda não está claro se houve relação política entre os dois, mas como aponta Elke Sticks, Érico “possuía quase todos os livros de I. Deutscher e (...) considerava I. Deutscher um dos mais importantes e melhores analistas da história atual” (Sticks, 2016 p. 209).

O fenômeno do “comunismo nacional”, para Sachs, não seria “um programa e tampouco uma teoria” mas um “produto prático do stalinismo, destinado a superá-lo”. O estalinismo seria produto da situação da Rússia pré-revolucionária e da “acumulação socialista primitiva” a que teve que passar para sobreviver e se desenvolver. A necessidade de transformar *mujiks* em operários e exigir deles a disciplina fabril fez surgir uma resistência passiva entre trabalhadores e governo soviético, o resultado disso foi o surgimento e fortalecimento da “hierarquia burocrática”. A falta de democracia política também foi resultado, ainda segundo Sachs das “lutas de frações e,

especialmente, os métodos com que foram travadas por todos os lados acabaram com a democracia interna do Partido Comunista” (Sachs 1957).

Em uma análise que coaduna com a de Thalheimer sobre o stalinismo, Sachs chama atenção para o aspecto progressista que este teve ao tornar – mesmo a partir de uma administração ineficiente – “o país agrário mais atrasado da Europa em sua primeira potência industrial”. A vitória na Segunda Guerra contra a Alemanha nazista teria mostrado aos povos soviéticos que “todos os sacrifícios não eram em vão”. O “papel progressista da burocracia”, entretanto, se esgotou com seu sucesso. No momento em que se desenvolveu um “proletariado industrial qualificado” e “uma intelectualidade soviética com seus quadros técnicos e administrativos”, o “analfabetismo foi vencido” e cresceu o “nível cultural dos povos”, estavam criadas as “bases materiais para a Democracia Socialista” (Sachs, 1957).

A partir desse momento, a burocracia e o estalinismo estavam superados e tornaram-se um entrave para o desenvolvimento do socialismo. Dessa forma, a manutenção do seu poder só poderia ser garantida “à base de terror e de sangue”. No caso das democracias populares a situação foi ainda mais grave. Os burocratas de Moscou faziam o planejamento de fábricas modernas com um proletariado experiente, como a Zeiss na Alemanha Oriental e a Skoda na Tchecoslováquia. Os mesmos métodos usados para a “acumulação primitiva” na Rússia eram empregados em países desenvolvidos capazes de “iniciar uma produção socialista”. Para Sachs, foram as contradições entre as necessidades das democracias populares e o método stalinista que criou o “comunismo nacional”. Produto e crítica do stalinismo só “desaparecerá vencendo” quando e somente quando o stalinismo tiver desaparecido (Sachs, 1957).

No segundo artigo, *Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada*, Sachs aponta que o “surgimento da Corrente Renovadora” não foi a “primeira tentativa de revivência do movimento comunista brasileiro e não será a última”. Em outros momentos da história do Brasil outros “grupos maiores e menores se desligaram ou foram expulsos do partido oficial”, entretanto, a maior parte destas cisões “abandonou, não só o partido mas também, o movimento comunista em geral”. Para Sachs isso se deu pois essas tentativas acabaram limitando-se a “propor paliativos que não resolveram os problemas fundamentais”, além disso as cisões teriam se dado “em momentos de declínio do movimento revolucionário” (Sachs, 1958).

Olhando em retrospecto, esse “abandono do movimento comunista em geral” foi o destino da maior parte dos “renovadores”. Vale a pena analisar esse fenômeno com cuidado, pela sua importância para que se possa entender não apenas o destino dos “renovadores”, mas também o daqueles que escolheram ficar no Partido Comunista, dos que por muitos anos aceitaram o stalinismo, dos que tentaram romper com ele criando uma nova Internacional ou uma oposição. Na verdade, o que Érico parece buscar em seus artigos antes da criação da nova organização é analisar

as condições objetivas e subjetivas para criá-la. A desestalinização parecia abrir caminho para essas condições.

Érico Sachs provavelmente tinha como referência o artigo *Hereges e Renegados* de Deutscher, publicado em 1950. Neste artigo, Deutscher pinta o quadro do caminho que leva o herege a tornar-se um renegado. Aponta, dessa forma, para que “quase todos os ex-comunistas romperam com o partido em nome do comunismo, quase todos eles se propuseram defender o ideal do socialismo dos abusos de uma burocracia submetida a Moscou”. Mas, assim como apontou Érico no artigo de 1958, ao abandonar o partido, não tardaram a abandonar o comunismo. Ao fim desse processo, o ex-comunista permanecia um sectário, “um stalinista virado do avesso”. Se pensou ter se livrado de uma ilusão, não conseguiu livrar-se da desilusão, “em outro tempo aceitou a infalibilidade do partido, agora crê ser ele mesmo infalível” (Deutscher, 1970 p.22,23).

Hobsbawn trata também, brevemente, dessa questão no artigo *Problemas da História do Comunismo*. Para ele, o movimento comunista internacional durante a existência do Comintern

não produziu cismas e heresias de importância prática. (...) Aqueles que abandonavam o partido ficavam esquecidos ou privados de toda ação efetiva (...) os mais fortes desses trânsfugas marxistas trabalharam pacientemente e em isolamento até que os tempos mudassem, os mais fracos sucumbiram a pressão e tornaram-se ardorosos anticomunistas (...) (Hobsbawn, 2003 p. 16).

A fórmula do “exército internacional”, do “partido mundial” com suas “unidades nacionais”, para Hobsbawn, foi extremamente eficaz na capacidade de manter unido o movimento comunista e isolar as heresias (Idem p.24).

Tratar desse ponto, para além do texto de Érico, é importante para entendermos o que, para ele, representa a desestalinização. Érico saiu da União Soviética fugindo de uma perseguição política, dado o fuzilamento de Bukharin e seu filiou a um partido que surgiu com a expulsão de dirigentes que se opuseram à política do VI Congresso da Internacional Comunista. No Brasil encontrou um Partido Comunista que tinha como fundamento programático e teórico este mesmo congresso. O XX Congresso do PCUS, entretanto, parecia abalar esses fundamentos.

O “comunismo nacional” na Europa Oriental e os próprios renovadores no Brasil, apareciam como uma oportunidade de atuação política dentro do comunismo sem a submissão à lógica stalinista. Os princípios que tornavam tão eficientes a exclusão dos hereges estavam fragilizados. Para que os militantes que saíam do PCB não se tornassem renegados e construíssem um movimento marxista revolucionário, era necessário – para Érico – um “retorno ao leninismo” (Sachs, 1958).

O ponto mais importante e inovador na análise de Érico, são os “efeitos no Brasil” da desestalinização e da renovação do comunismo. Para Sachs, a primeira tarefa a ser realizada é a de “aplicar os princípios do marxismo revolucionário à realidade brasileira”. Como, no Brasil, o



Partido Comunista surgiu sem ter como base um partido social-democrata criado pelos próprios trabalhadores, o stalinismo teve aqui “consequências ainda mais trágicas” (Sachs, 1958).

A primeira tarefa do movimento comunismo brasileiro era a elevação da consciência de classe do operário. Ao tornarem-se “classe para si” atingiriam a independência política e saberiam distinguir seu programa e seu partido dos da burguesia. Sem isso, a classe operária brasileira fornecia “a base eleitoral do chamado populismo”. Para Sachs, só havia uma única explicação para essa situação, a “completa falência do fator subjetivo, do Partido, que durante 35 anos de atividade ainda não chegou a compreender o seu papel no ciclo da revolução brasileira” (Sachs, 1958).

Reconhecendo que “um movimento nacionalista ainda tem um papel progressista a preencher no Brasil” em um “movimento anti-imperialista mais vasto”, Sachs, entretanto, chama atenção para o fato do nacionalismo ser “uma ideologia burguesa” e, dessa forma, “sua expansão no seio da classe operária deixaria esta à mercê a liderança ideológica (...) orgânica da burguesia”. Sachs é contundente ao afirmar que “existem nacionalistas e existem comunistas, mas o que não é possível é abraçar as duas correntes ao mesmo tempo” (Sachs, 1958).

O último problema tratado no artigo é a estruturação do partido. Nesse quesito, faz mais uma crítica ao partido stalinista, ao afirmar que para este “basta o núcleo dirigente, ao qual os militantes aderem”. No caso do partido revolucionário a ser criado é preciso desde o início “assegurar uma estrutura democrática interna” que garanta ao mesmo tempo “uma estrutura bastante sólida, que lhe permita seguir a linha uma vez tomada”. Sachs ressalta a importância, também, de uma aproximação entre o intelectual comunista e o operário de fábrica para que o partido seja realmente identificado com a classe (Sachs, 1958)

O resultado dos debates do PCB foi a expulsão no primeiro momento das lideranças dos renovadores – que terminaram por se desagregar – e a perda dos cargos de direção nacional dos conservadores – que mais tarde seriam também expulsos em um processo que terminaria na criação do PCdoB.

O programa do Partido sofreu o que Segatto chamou de “renovação conservadora”. Se a “nova política” cujo marco é a Declaração de março de 1958, faz fortes críticas ao manifesto de agosto e ao IV Congresso, recorre ainda aos fundamentos destes, isto é, a visão de uma história dividida em etapas e que a revolução brasileira estaria na sua etapa nacional e democrática. Nesta etapa, conceitos como nacionalismo e povo “passam a se constituir como o sujeito fundamental da revolução”. Além disso, apesar do aumento da autonomia do partido com relação a URSS com o fim do Cominform, ainda há a preocupação de seguir a estratégia do PCUS (e do Partido Comunista da Itália). Dessa forma, o partido consolida a preferência pelo caminho pacífico para o socialismo, acreditando que o Brasil está em progressivo desenvolvimento capitalista e democrático (Segatto, 1995, p. 95).

Como alternativa de buscar uma atuação na realidade, Érico Sachs ingressa no Partido Socialista Brasileiro. Durante sua trajetória anterior ele já havia conhecido e militado com alguns importantes quadros jovens do partido como Paulo Emílio Sales Gomes, Antônio Cândido e Paul Singer. O PSB também era o partido do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Neste partido, Sachs conseguiu agregar em torno de si um grupo de jovens com ideias comuns, o que resultaria na revista *Movimento Socialista*, publicada em 1959.

A revista *Movimento Socialista* foi um importante órgão aglutinador para o que dois anos mais tarde se tornaria a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. A revista tinha como objetivo “criar uma corrente do pensamento marxista no Brasil”. Além das contribuições próprias do grupo publicava traduções de marxistas estrangeiros. O nome destes nos ajuda a entender em que tipo de marxismo os membros da revista, e particularmente, Érico Sachs estava situado. Na primeira edição Rosa Luxemburgo e Isaac Deutscher, no segundo, Manuel Agustin Aguirre, mais dois trabalhos de comunistas poloneses Wladislaw Bienkowski e Adam Wasyk, além de Thalheimer, Wolffe e Andres Nin.

Sachs escreve três artigos nos dois números da revista, dois deles com o codinome Eurico Mendes, apresentam continuidade com os artigos de Novos Tempos: *Marxismo ou apologética nacional* e *Luiz Carlos Prestes e seus aliados*, nestes intensifica as críticas ao nacionalismo da esquerda, em especial PCB e seu secretário geral, além do Instituto Superior para Estudos Brasileiro (ISEB). Para Sachs, Prestes – assim como o PCB – “nunca agiu como marxista no cenário nacional” tendo errado nas políticas defendidas seja em 1930, em 1935, em 1945 ou com a “nova política”, a partir de 1958 (Sachs, 1959b).

Mais importante que esta crítica, é a fundamentação da distinção entre marxismo e nacionalismo. Para ele, enquanto Marx, Engels, Lenin e Rosa partiam do materialismo e do internacionalismo e submetiam as questões nacionais às internacionais, Stalin teria invertido essa lógica, especialmente a partir do VII Congresso com a política da Frente Popular. O stalinismo, entretanto, teve papel formador no comunismo brasileiro, ainda não superado (Sachs 1958).

Sachs afirma que o Brasil já é um país capitalista, e que a categoria de subdesenvolvido deve ser repensada a partir de uma visão mais global. Em relação a quem o Brasil deveria ser subdesenvolvido? Colocar o Brasil na mesma categoria analítica usada para pensar países que haviam recentemente saídos da condição de colônia ou que ainda se encontrava nesta ou de países em que não havia burguesia e classe operária, só poderia mistificar a realidade nacional.

Isso colocava o movimento operário à mercê do nacionalismo, e dessa forma, da burguesia. Sachs entende que a posição do PCB não era, então, de defesa do nacionalismo como ideologia proletária, ele ara “aceito como teoria burguesa ou pequeno burguesa e sua aceitação política é

justificada com o papel específico que a burguesia tem no Brasil”. Nesse sentido, era preciso mostrar que as burguesias nacionais não estavam em contradição direta com o imperialismo:

Elas se defendem contra certos aspectos do domínio imperialista, procuram resistir a sua pressão em determinados ramos econômicos, mas não combatem o sistema. Sabem que a guerra ao imperialismo implica num ataque fronta às bases do capitalismo mundial e isso significa às bases do seu próprio domínio de classe. (Sachs 1959a, p 47)

Apenas a pequena burguesia percebe na sua luta um caráter nacional, justamente porque ela é “incapaz de compreender por si mesmo o caráter do imperialismo”. Essa incapacidade faz com que ela seja usada pela burguesia. Para Sachs, portanto, aceitar o nacionalismo é aceitar a “tutela da burguesia” sob o movimento operário (Idem).

Esses artigos formam a base do pensamento de Sachs. Outros fatores como a Revolução Cubana e o surgimento de novas organizações na América Latina, assim como o marxismo da Monthly Review e o pensamento de André Gunder Frank alimentarão e desenvolverão suas análises. Mas o que diferencia e forma um núcleo do marxismo de Sachs parece ser a ideia de superação do stalinismo como um retorno ao “leninismo num nível mais alto”.

Essa foi a solução teórica e organizativa de Sachs para o desenvolvimento do marxismo. A desestalinização teria criado condições para uma renovação do marxismo, dessa forma sua crítica não seria mais uma “heresia” fadada ao isolamento, mas parte de um novo momento da história do movimento comunista.

O marxismo de Sachs teve transformações durante seus anos de militância, mas sua crítica ao stalinismo e a perceptiva de sua superação permaneceu. Vale o questionamento se os fundamentos que durante anos serviram de base para o movimento comunista nacional e internacional – representados especialmente pelo VI e VII Congresso da IC – a partir da lógica das etapas e do nacionalismo foi de fato superado.

## **Bibliografia**

ALEXANDER, R. J. The Right Opposition: The Lovestoneites and the International Communist Opposition of the 1930s. London: Greenwood Press, 1981.

ARBEITERPOLITIK. (1984). Sobre o centésimo aniversário de August Thalheimer. Trad. Livre do Centro Victor Meyer. Disponível em: . Acesso em: 16 de julho de 2017.

DEUTSCHER, Isaac. Marxismo, guerras e revoluções: ensaios de quatro décadas. Tradução: Renato Aguiar; org. Tamara Deutscher. São Paulo Edições Ática 1991.

DEUTSCHER, Isaac. Herejes y Renegados. Barcelona, Ediciones Ariel. 1970.

SACHS, E. O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

SEGATTO, Reforma e Revolução: As vicissitudes políticas do PCB. (1954-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. O comunismo nacional nas democracias populares. Trad. De Centro Victor Meyer. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sachs/1957/11/comunismo.htm>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

SCHÖENHOVEN, Klaus. "Heinrich Brandler," in A. Thomas Lane (ed.), *Biographical Dictionary of European Labor Leaders: A-L*. Westport, CT: Greenwood Press, 1995.

THALHEIMER, A. 1923: Uma oportunidade perdida – A lenda do “outubro alemão” e a verdadeira história de 1923. Trad. Do Centro Victor Meyer. Disponível em: . Acesso em: 16 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Vinte anos após a revolução de outubro. Trad. Do Centro Victor Meyer. Disponível em: . Acesso em: 16 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Trotsky, the anti-pope. Tradução de Mike Jones. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/thalheimer/works/trotsky.htm>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

TROTSKY. Leon. Revolução e Contra Revolução na Alemanha. São Paulo. Livraria Editoria Ciências Humanas. 1979.

Periódicos:

NOVOS TEMPOS. v.1, n.1. Rio de Janeiro, setembro de 1957.

MOVIMENTO SOCIALISTA. n.1 Rio de Janeiro, 1959.

MOVIMENTO SOCIALISTA n.2 Rio de Janeiro, 1959.